

32º Encontro Anual da Anpocs

CLAUDETE GOMES SOARES

GT 33 Relações raciais e ações afirmativas

**Raça, classe e ações afirmativas na trajetória política de
militantes negros de esquerda**

CAXAMBÚ

2008

Raça, classe e políticas de ações afirmativas na trajetória política de militantes negros de esquerda²

Apresentação

Neste artigo analisaremos o processo de conversão de militantes negros que tiveram suas trajetórias militantes marcadas pela atuação no campo da esquerda às políticas de ações afirmativas. O objetivo é captar os significados dessas políticas para um setor da militância negra que foi socializada e teve a sua militância inscrita em uma perspectiva que procurava articular raça e classe. Como *locus* de investigação escolhemos o Partido dos Trabalhadores, pelo fato desse partido ter emergido na cultura política brasileira como um partido de esquerda com uma proposta de socialismo que interpelava a classe trabalhadora e também os historicamente excluídos da participação política na sociedade brasileira. Em razão da novidade que portava, o PT conseguiu aglutinar em torno de suas bandeiras vários setores da sociedade civil, entre eles uma grande parcela da militância negra que, no contexto de abertura política, também tinha sido seduzida pela influência do marxismo e por uma visão crítica ao capitalismo. Apesar da desconfiança do movimento negro, na década de 1980, da possibilidade de alianças com outras forças políticas, que se expressa em sua ênfase na autonomia, alguns militantes do campo de combate ao racismo elegeram o PT como mais um espaço de luta e organização do campo anti-racial. O PT absorveu militantes negros engajados em uma dupla ou múltipla militância, ou seja, no partido e no movimento social negro e ainda outros que priorizam tão somente a militância anti-racial no partido. Pela ação e organização dessa militância foram sendo construídos no interior do PT espaços específicos de combate ao racismo, como, por exemplo, a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT em 1995.

A reflexão que apresentamos nesse artigo resulta de um trabalho de pesquisa sobre a construção desses espaços e da concepção política-ideológica que guiou a atuação da militância negra em sua relação com o PT enquanto espaço de politização da questão racial.

² Neste texto apresentamos os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento intitulada “*Raça, classe e cidadania no Partido dos Trabalhadores*”. A pesquisa tem como objetivos: analisar a forma como o PT incorporou a questão racial aos seus projetos políticos e a organização da militância negra petista para transformar o partido em um espaço de seus interesses específicos

Em sua ação e interlocução com o partido essa militância priorizou a politização da questão racial ancorada na articulação raça e classe, que estava também, de forma embrionária, em algumas organizações do movimento social negro, como o MNU (Movimento Negro Unificado). Essa militância, ao escolher esse caminho, via na luta contra o racismo e as desigualdades raciais uma luta contra o capitalismo, por isso a articulação raça e classe deveria ser o eixo de um projeto de politização da questão racial na sociedade brasileira. A raça, entendida como um vetor revolucionário, deveria estar associada a uma concepção política que enfocasse a luta de classes. Esse é o discurso predominante entre a militância negra petista e que aparece também nos documentos por ela produzidos nos espaços partidários: relatórios de encontros nacionais de negros e negras do partido, intervenções nas plenárias gerais do partido, (encontros nacionais do partido e congressos), propostas para os programas de governo petista, bem como nos discursos e demandas dos setoriais de combate ao racismo na imprensa partidária ou nos boletins internos à organização da militância negra.

Trabalhamos com a hipótese de que o encaminhamento público que questão racial começou a ter em 1995 e se concretizou em 2001 – quando da intensificação das demandas do movimento negro por ações afirmativas, e pelas políticas de cotas – submeteu essa militância a um dilema político. Como legitimar o enfrentamento das desigualdades raciais na sociedade brasileira por meio da cidadania diferencialista, com o objetivo de criar uma elite ou burguesia negra, quando a politização da questão racial era vista como um luta contra as elites e a burguesia? E como apesar disso se opor a essas políticas em uma sociedade tão racialmente hierarquizada como a brasileira?

Essa nova fase do enfrentamento das desigualdades raciais exigiu uma revisão, re-elaboração e re-significação da perspectiva que tinha orientado a atuação de setores da militância negra ligados ao campo da esquerda. As políticas públicas especiais para a população negra, seja em seu sentido mais amplo de ações afirmativas ou de forma mais específica por meio da política de cotas não questiona ou nega a forma como a sociedade capitalista se organiza, ao contrário, se acomodam aos princípios que regem essa sociedade. Aceitar políticas públicas especiais referenciadas à raça seria abrir mão de um projeto de transformação social? A revolução poderia ser re-significada de forma que a conversão a essas políticas não significasse uma ruptura com um passado político? Ou seria necessário rever as posições políticas e teóricas de forma a adequar-se a fase atual de politização da questão racial? Essas são questões que aparecem nas entrevistas que realizei com alguns militantes negros que participaram da construção dos setoriais de combate ao racismo do PT e que podem ser encontradas também em alguns dos depoimentos coletados por Alberti & Pereira (2007), *Histórias do Movimento Negro no Brasil*: depoimento ao

CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas, que utilizamos também como material de análise.

Embora se tenha optado no texto pela denominação movimento negro ou, em alguns momentos, por movimento negro contemporâneo, não se deseja com isso ocultar a diversidade e as divergências que caracterizam o movimento social negro no Brasil. Por razões conjunturais o MNU aparece referenciado de uma forma particular em alguns momentos. No entanto, sabemos que o movimento negro não se limita e nunca se limitou ao MNU, ele é constituído por uma teia de entidades e organizações com características e projetos diversos e conflitantes. A partir da década de 1990, o campo do movimento negro, passou por um processo de complexização com a participação crescente das ONGs negras de combate ao racismo.

I Encontros e desencontros entre raça e classe: a militância de combate ao racismo no Partido dos Trabalhadores

Raça e classe na politização da questão racial na década de 1980

1.1 Raça e classe no processo de redemocratização

A década de 1980 trouxe, com a abertura política e o envolvimento da sociedade civil no processo de redemocratização, grandes expectativas em relação às potencialidades dos movimentos sociais e das novas forças políticas que estavam se desenvolvendo naquela conjuntura. Apesar de os movimentos sociais e o próprio PT terem surgido como sujeitos alternativos àqueles presentes na esquerda tradicional, boa parte desses movimentos comprometidos com a democracia herdou dos grupos de esquerda e da influência do marxismo ocidental a utopia socialista. Havia, contudo, a preocupação em demarcar um certo distanciamento em relação às experiências socialistas realmente existentes e à história da esquerda brasileira por apostarem em um socialismo livre de fórmulas; este deveria ser construído pelos trabalhadores. A negação do marxismo de Estado e a crença na construção de um socialismo particular à realidade da América Latina percorreram as várias matrizes discursivas que influenciaram os movimentos sociais nesse período e a formação do PT: o novo sindicalismo, a teologia da libertação, o neomarxismo.

Ainda que em sua formação o PT tenha se respaldado em dois projetos políticos - um referenciado ao socialismo que privilegiava a classe como ator central e outro à cidadania que se abria às demandas específicas de outros atores da sociedade civil - a década de 1980 foi marcada pela hegemonia do projeto político informado pela construção do socialismo. Esse projeto

condicionou a relação do partido com a sociedade civil, o que o fez privilegiar como interlocutores os atores sociais organizados em torno do referencial de luta de classes, e que tinham em seu horizonte o ideário socialista – como o movimento sindical ou o movimento dos trabalhadores rurais sem terra – ou aqueles que foram capazes de casar suas demandas específicas com o referencial classista.

O movimento negro contemporâneo – assim como o PT e os demais movimentos sociais progressistas – emergiu no contexto de valorização da democracia como um valor político fundamental. Sendo assim, as demandas presentes em vários desses movimentos expressavam também uma crítica ao Estado autoritário. O que possibilitou a formação de um campo democrático referido à sociedade civil. Para alguns setores do campo democrático, a valorização da democracia possibilitava também o questionamento da sociedade capitalista. É assim que é possível perceber nos documentos de fundação do MNU⁴ (Movimento Negro Unificado) uma tentativa de questionamento do racismo e das desigualdades raciais por meio da associação raça e classe. Não obstante, esse movimento não tivesse a tradição teórica e histórica, inclusive internacional, de outros movimentos – como por exemplo o movimento sindical ou uma parcela do movimento feminista – em se pensar e organizar guiado por projetos socialistas.

A militância negra que se formou no Brasil durante a ditadura e no contexto de abertura foi fortemente influenciada pela luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis e pelos processos de independência dos países africanos, sobretudo, de língua portuguesa (Mendonça, 1996; Pinto, 1993). Alguns depoimentos da militância negra, que teve atuação em organizações de esquerda, indicam que a centralidade da luta de classes distanciava essas organizações do debate sobre a questão racial. As referências que alimentaram a constituição de uma consciência racial que se transformaria em ação política vinham de fontes não compartilhadas pelo campo da esquerda:

“Como a imprensa divulgava muito, a gente ficava sensibilizado pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Na verdade, eu não estava muito voltado para isso. Como

⁴Cf Programa de Ação do MNU, I Congresso Nacional, dez 1979, Rio de Janeiro (Arquivo Edgard Leuenroth Centro de Pesquisa e Documentação Social Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas) “O sistema capitalista marginaliza as camadas mais baixas da população do processo social e econômico, tendo como objetivo a permanência da exploração mantida pela minoria no poder. A marginalização do negro o anula politicamente, tirando-lhe o peso social enquanto grupo, colocando-o a mercê das divisões das classes dominantes e de outros setores organizados da sociedade brasileira.”

internacionalista era aquele negócio: ‘A luta de classes ...’ aquela bobagem toda que colocaram na nossa cabeça. Então eu não estava muito voltado para as questões raciais. Mas ali [na universidade] encontrei a negrada, deixei se ser internacionalista e fui ser defensor da questão racial.” (Ferreira, Yedo ⁵, 2007, p. 136)

“Dentro da Ação Popular, AP, não havia discussão em relação à questão racial. A questão era ‘classe’, não é? E continua sendo até hoje a grande premissa da esquerda brasileira. Quando entrei na AP, o livro de referência era o *Livrinho Vermelho do Mao Tse-Tung*. E não se discutia a questão racial, essa era uma falta que eu sentia, inclusive. A grande máxima, digamos assim, era rejeitar o imperialismo dos EUA. E esse era um drama que eu carregava, porque tinha um lado daquela sociedade que eu gostava. Eu gostava dos Panteras Negras, eu gostava da luta pelos direitos civis, e carreguei comigo esse drama, durante todo o meu período de participação, porque você rejeitava o imperialismo, mas aquela era uma sociedade que tinha algo que me agradava.” (Amador, Zélia ⁶, 2007, p. 88)

A década de 1970 foi um período de construção e descoberta da identidade racial e de suas possíveis formas de manifestação. Isso explica a grande profusão de organizações de cunho cultural que caracterizou o movimento negro nesta década: IPCN (Instituto de Pesquisas das Culturas Negras) do Rio de Janeiro, SINBA (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África), também do Rio de Janeiro, CECAN (Centro de Cultura e Arte Negra) de São Paulo, para citar apenas três das entidades negras que emergiram e se organizaram em várias regiões do país.

Quando no final dessa período (1978), a fusão de algumas dessas entidades (Moura, 1980, Hanchard, 2001) deu origem ao MNU (Movimento Negro Unificado), o movimento negro ganhou uma dimensão mais política, assumindo a árdua tarefa de desconstrução do mito da democracia racial que impossibilitava a constituição da raça em princípio de organização política e alimentava a concepção hegemônica das relações raciais no Brasil pautada na idéia de harmonia racial.

Primeiramente esse movimento teria que demonstrar a falsidade da democracia racial brasileira e reconstruir a identidade negra subsumida na identidade nacional com o objetivo de criar um elo de ligação entre ele e a população negra. Enquanto os demais movimentos se alimentavam de experiências práticas e teóricas já existentes, as demandas políticas do movimento negro brasileiro estavam circunscritas à particularidade nacional de negação do racismo nas relações sociais. Nesse contexto, por mais que o movimento tivesse se aproximado

⁵ Cf Alberti e Pereira (2007), Yedo Ferreira foi militante do Partido Comunista na década de 1960 e fundador de entidades do movimento negro, como a Sinba (Sociedade de Intercâmbio Brasil- África), o IPCN (Instituto de Pesquisas das Culturas Negras) e do MNU (Movimento Negro Unificado)

⁶ Cf Alberti e Pereira (2007), Zélia Amador foi uma das fundadoras Cedenpa (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará)

de influências políticas e teóricas advindas do campo da esquerda, (Gonzalez & Hasenbalg, 1982) o seu foco era a identidade racial.

Enquanto o movimento negro constituía-se politicamente centrado na identidade e tendo como alvo a ideologia da democracia racial, O PT, que surgiu em 1980, lutava pela sua consolidação política orientado pela perspectiva socialista e também por uma proposta de ampliação da cidadania como forma de abranger todos os excluídos da vida política brasileira (Keck, 1991, Meneguello, 1989), o que, certamente, deveria incluir a população negra.

Os principais documentos do PT (Diretório Nacional do PT, 1998), desde sua fundação, sempre fizeram menção à questão racial e às lutas dos movimentos sociais de uma forma geral. No entanto, quando analisamos os documentos da década de 1980 não encontramos uma reflexão elaborada sobre questão racial no Brasil. As referências à questão racial limitam-se a expressões de apoio e solidariedade seguidas de ênfase na autonomia do movimento negro. O partido aborda as lutas sociais por meio de duas concepções: a de exploração e de opressão. Sendo que a categoria exploração é reservada, no quadro conceitual utilizado pelo partido, às questões inerentes à classe trabalhadora e a categoria opressão a outras experiências de dominação.

A ausência no interior do PT de uma reflexão no sentido de articular a variável raça e classe – articulação que estava presente no movimento negro de forma apenas embrionária – fez com que a questão racial fosse incorporado ao temário petista como uma forma de opressão e ficasse distante do projeto hegemônico que priorizava a luta contra a exploração da classe trabalhadora. Essa compreensão, aliada a ênfase por autonomia presente no movimento negro, fez com que a questão racial fosse tratada de forma secundária pelo partido.

1.2 O movimento negro e a esquerda

Existe uma versão da história de formação do MNU que o apresenta como resultado de um projeto originado no interior da Convergência Socialista, por um núcleo de militância negra no interior dessa organização: o Grupo Negro Socialista (Santos, 1992). Essa versão que enfatiza a presença da esquerda na formação do movimento negro faz parte das disputas pelos significados que caracterizam os movimentos sociais.

A importância da ligação com a organização de esquerda aparece em relevo na análise de Hanchard (2001) sobre o movimento negro do Rio de Janeiro e São Paulo, quando particulariza o papel político do MNU em comparação com as organizações culturais que o antecederam. Em contraponto, o documento de comemoração de dez anos do Movimento Negro Unificado não faz referência à organização de esquerda e sim as entidades culturais (Movimento Negro Unificado,

1988). Esse documento, segundo Milton Barbosa⁷, teria sido uma produção, sobretudo, do MNU da Bahia, e expressaria muito mais o movimento negro daquele estado. No entanto, ele, que teve uma passagem pela organização de esquerda mencionada por Gevanilda Santos (1992) e Hanchard (2001) e foi um dos fundadores do MNU em São Paulo, não estabelece uma relação direta entre a organização de esquerda e a formação do MNU. A sua fala, ao contrário, ressalta a divergência com essa organização.

Essas diferentes formas de percepção da história estão relacionadas às trajetórias militantes de quem a conta e às disputas que permeiam ou permearam o campo da politização da temática racial na sociedade brasileira. Essas diferentes percepções aparecem nas ênfases de Flávio Jorge Rodrigues da Silva (Flavinho) e Milton Barbosa (Miltão) – dois militantes da questão racial na cidade de São Paulo, com atuação no PT e no movimento social negro – nas entrevistas que me foram concedidas e em seus depoimentos ao CPDOC (Alberti & Pereira, 2007)

Milton Barbosa aponta o CECAN (Centro de Cultura e Arte Negra) como uma das organizações embrionárias do MNU. Ao passo que a fala de Flávio Jorge acentua o Núcleo Negro Socialista, ligado à Liga Operária (posteriormente Convergência Socialista) – organização da qual ambos fizeram parte. Enquanto Flávio Jorge permaneceu na Convergência e entrou no PT por meio do seu vínculo com essa organização, Milton Barbosa rompeu com a organização antes mesmo da formação do MNU em 1978, e dela dissolveu-se na Convergência em 1979. O seu ingresso no Partido dos Trabalhadores ocorreu em 1982, como militante fundador do MNU. A sua justificativa para o rompimento com a Liga Operária é dada pelo fortalecimento da identidade racial:

“Ficamos um certo período lá [Liga Operária] e depois rompemos, porque a gente também ... não gostávamos de ficar recebendo orientação de branco. Fomos debater Franz Fanon, estudamos *Pele Negra, Máscara Branca, Condenados da Terra*. E a partir daí, nós começamos a não aceitar mais, mesmo porque nós tínhamos muita experiência de vida [...] E a gente percebeu que dentro da organização a gente chegava até um certo ponto e, não, não vamos mais ficar nesse tipo de coisa, aí nós rompemos e ficamos na nossa. Mas nós deixamos um material lá dentro. Depois apareceu uma outra garotada e nós desenvolvemos um trabalho junto.”⁸

É preciso não esquecer que essa ênfase na autonomia, que aparece na fala de Milton Barbosa, é inerente ao contexto político de surgimento dos novos movimentos sociais. Os movimentos sociais se apresentaram como portadores de uma prática política alternativa

⁷ Entrevista realizada com Milton Barbosa no dia 18 de abril de 2008 em sua residência na zona oeste de São Paulo

⁸ idem

respaldada na identidade e na autonomia como forma de diferenciação da política institucional. Um dos pontos presentes na Carta de Princípios do MNU (Movimento Negro Unificado) afirma que: “Nossa luta por libertação deve ser somente dirigida por nós.”(Gonzales & Hasenbalg, 1982, p.66). A necessidade de delimitar a luta contra a concepção hegemônica das relações raciais como um projeto do negro e a resistência a outras forças políticas se faz presente também no quilombismo de Abdias Nascimento: “Cuidar em organizar nossa luta por nós mesmos é um imperativo da nossa sobrevivência como um povo. Devemos por isso ter muito cuidado ao fazer alianças com outras forças políticas, sejam as ditas revolucionárias, reformistas, radicais, progressistas ou liberais” (1980, p.269).

As demandas que o movimento negro apresentava a outras organizações da sociedade civil eram guiadas pela bandeira do reconhecimento: reconhecimento da existência do racismo, reconhecimento e valorização da cultura negra, reconhecimento das diferenças e desigualdades referidas à raça. E o reconhecimento dessas demandas dependeria da capacidade de o movimento negro desconstruir o mito da democracia racial: a concepção hegemônica sobre as relações raciais na sociedade brasileira.

1.3 A militância negra no Partido dos Trabalhadores: a construção de espaços específicos

A atitude de desconfiança do movimento negro em relação à outras forças da sociedade civil não significou uma negação do campo da esquerda como espaço de desenvolvimento da temática racial. Ao contrário, parcelas significativas da militância negra, que foi formada na década de 1970, viu na esquerda renovada um campo fértil para a politização da questão racial. É por essa razão que o PT foi eleito por essa militância como um espaço de atuação política.

Milton Barbosa foi fundador junto com Flávio Carranza, Clóvis Castro, Fátima Ferreira da primeira comissão de negros do PT em 1982. A formação desses espaços ocorreu a partir da percepção de que a intervenção nos diretórios do partido não era suficiente para a ampliação do debate sobre a questão racial. Era necessário desenvolver espaços específicos. Em sua entrevista, Milton Barbosa expressa a preocupação dessa militância em delimitar o espaço do partido e o espaço do movimento. “A gente se reunia inclusive no escritório, no gabinete do Suplicy, tínhamos um problema de falta de espaço. Não era também no espaço do movimento negro para não ficar misturando.”¹⁰

¹⁰Entrevista realizada com Milton Barbosa, no dia 18 de abril de 2008 em sua residência na zona oeste de São Paulo.

A militância negra, que esteve à frente das comissões, acreditava, a perspectiva de classe adotada pelo partido o legitimava enquanto espaço de organização dos negros. O material produzido pela Comissão de Negros do PT em 1982 sintetiza essa concepção:

Nós entendemos o Partido dos Trabalhadores como aquele no qual os negros devem participar em função de sua composição de classe, pois é formado por operários, funcionários públicos, estudantes, médicos, engenheiros, enfim, trabalhadores em geral. E também pelo seu programa que coloca claramente a luta contra o regime dos patrões, ainda por seu compromisso com as lutas dos trabalhadores e oprimidos em geral, colocando na ordem do dia suas reivindicações.”¹¹

Após citar aspectos que revelam as péssimas condições de vida da população negra: desemprego, violência policial, péssimas condições de moradia, o documento arremata: “Entendemos perfeitamente que outros segmentos também sofrem esse processo e que a luta central é entre pobres e ricos”. Não por acaso a palavra de ordem do documento é “Contra a discriminação racial e a exploração do trabalhador.”

A militância negra que esteve à frente da organização dos espaços voltados ao debate da questão racial no interior do PT estava engajada. A perspectiva classista que foi dominante no projeto político petista da década de 1980 era compartilhada pela militância negra. Foi também em razão dela que se filiaram ou desenvolveram uma militância partidária. Isso se explica pelo fato de que parte da militância negra que aderiu ao PT e se engajou na construção de espaços voltados à questão racial, teve a sua socialização política em organizações de esquerda ou se converteu à militância política sob a influência do ambiente universitário do final da década de 1970 ou começo de 1980, que estava impregnado por essa perspectiva teórica.

Milton Barbosa aponta como um salto em sua atuação política o ingresso no curso de economia da Universidade de São Paulo em 1973, quando teve sua passagem pela Liga Operária. Antes da década de 1970, a sua atuação estava restrita a grupos culturais como escolas de samba e outras atividades que ele não qualifica como propriamente políticas. A experiência na Liga Operária é apontada como um aprendizado político sobre técnicas de organização, discussão, enfrentamento e montagem de estratégia, o que teria promovido a intensificação de um processo de politização que já havia sido iniciado com discussões e debates com outros colegas negros. A formação de um núcleo de militantes da questão racial no interior da Liga Operária teria possibilitado um trabalho mais organizado e um debate mais sistemático sobre a questão racial, em sua avaliação. Cita como fruto dessa experiência a criação do Jornal *Árvore das Palavras*, voltado especialmente para a população negra.

¹¹Comissão de Negros do PT- Partido dos Trabalhadores. *O negro e o Partido dos Trabalhadores*. Documento cedido por Milton Barbosa em entrevista no dia 18/04/2008.

A PUC de São Paulo é outro espaço de socialização política da militância negra que se engajaria no PT quando da sua fundação. Ela aparece nas entrevistas com Flávio Jorge Rodrigues da Silva, Matilde Ribeiro, Gevanilda Santos. Como em outras locais do Brasil, o ambiente cultural universitário proporcionou o despertar de uma militância negra, a formação de redes e de grupos preocupados com a politização da questão racial.

Flávio Jorge¹² teve sua primeira referência de organização política em grupo ligado ao Partido Comunista Brasileiro em Paraguaçu Paulista, cidade onde nasceu. A sua militância na questão racial foi um desdobramento da sua inserção política no movimento estudantil da PUC em 1976. Em 1978 teve contato com o grupo da Liga Operária que tinha a militância na questão racial: o Grupo Negro Socialista, do qual fez parte Milton Barbosa em sua experiência na USP.

Por meio da influência dessa militância negra presente na Liga Operária, estruturada dentro da USP (Milton Barbosa, Rafael Pinto, Hamilton Cardoso e o Astrogildo, que era do centro acadêmico de ciências sociais da USP), Flávio Jorge se aproximou da militância racial. Segundo ele, foi convencido por Astrogildo (Astro) a sair do movimento estudantil e a iniciar uma militância racial que teve como marco a sua contribuição na formação de um grupo na PUC semelhante ao que existia na USP: o Grupo Negro da PUC. Este grupo tinha como objetivo estabelecer o vínculo dos estudantes negros da PUC com o movimento negro que estava em processo de articulação e formação. Em 1979 os militantes da Liga Operária aderiram à Convergência Socialista que foi um dos agrupamentos formadores do PT, levando boa parte da militância negra de esquerda para dentro partido.

A universidade aparece também como um elemento de socialização política para Matilde Ribeiro, que a partir do seu ingresso na PUC em 1980, no curso de serviço social estabeleceu uma aproximação com a militância, uma experiência ressaltada como inédita em sua trajetória até então. A sua atuação como militante começou de fato com o fim da faculdade, em meados da década de 1980, motivada pela influência do curso de serviço social da PUC de São Paulo e o ambiente que predominava nesse período.¹³

As Comissões de Negros foram os primeiros núcleos de organização da militância negra petista, funcionavam como um foro dos negros petistas, pois não tinham vínculos com as instâncias partidárias. Foi a partir delas que ocorreu no interior do partido a estruturação de espaços de combate ao racismo com maior vigor institucional. Esse processo esteve ligado à

¹² Entrevista realizada com Flávio Jorge Rodrigues da Silva no dia 06/11/2007 na Fundação Perseu Abramo. Flávio Jorge foi o primeiro secretário nacional de combate ao racismo do PT em 1995, ocupando essa função por duas gestões 1995-1996; 1996-1998. A época da entrevista era presidente de CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras)

¹³ Entrevista realizada com a então secretária da SEPPIR (Secretaria Especial Para a Promoção da Igualdade Racial) Matilde Ribeiro, no dia 05/11/2007, no Hotel Pestana em São Paulo.

consolidação do partido enquanto uma força política na sociedade brasileira (Keck,1991) e aos momentos conjunturais que promoveram um maior visibilidade do movimento negro e da questão racial na sociedade. A influência da formação da malha partidária aparece no depoimento de Nilo Rosa¹⁴, quando narra o tipo de atividades que eram realizadas nessas Comissões, a partir de sua experiência no PT de Salvador:

“Em 1986, quando eu entro para a Comissão, tinham duas pessoas que estavam lá: Luis Alberto¹⁵ mais Bujão e mais Leide, que era um militante também importante, nós fazíamos nos reunir, a gente se reunia. As instâncias partidárias não se importavam, nós tínhamos acesso à sede entrávamos e saíamos. O PT era um partido recém importante. Não tinha muita importância, então, você ficar lá discutindo questão racial ou não discutindo não tinha qualquer importância, não prejudicava o partido nem piorava a imagem do partido, não tinha imagem. Então nós fazíamos isso. De vez em quando, em datas importantes, como o 20 de novembro, nós fazíamos alguma atividade, alguns documentos, fazíamos alguns encontros locais. Pensamos algumas vezes em criar uma secretaria de negros do PT da Bahia. Nós não tínhamos nenhuma atividade importante no partido, até porque o partido também não era importante, isso em 1985, 1986, 1987. Em 1988, quando o partido passa a ter mais importância, ou seja, a ter ... o primeiro vereador do PT de Salvador foi em 1988, foram dois vereadores. Ai você começa a ter recursos e começa a pleitear algumas atividades pra fazer porque você já tem recurso.”

O II Encontro Nacional “O PT e a Questão Racial” realizado em Vitória-ES, nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1988 aprovou a criação da Sub-Secretária nacional de Negro do PT, ligada à Secretaria de Movimentos Populares, que havia sido criada em 1986. Esse encontro teve uma característica interessante, em razão do debate promovido pelas atividades do centenário naquele ano, acrescido da iminência da eleição presidencial em 1989, ele deliberou como plano de luta no interior do partido, o lançamento da então deputada federal Benedita da Silva como vice na chapa de Lula para a presidência da República. Proposta que reapareceu no documento da Comissão de Negros do Distrito Federal para o II Encontro do Negro do Centro-Oeste que seria realizado entre 14 a 17 de abril de 1989. Uma candidatura que tivesse Lula e Benedita da Silva concretizaria uma política pautada na raça e na classe, conforme o documento:

Em pauta, Benedita da Silva, deputada negra, petista, para vice na chapa do companheiro Lula, operário ligado às históricas lutas dos trabalhadores. **LULA e BENÉ**. Um operário e

¹⁴ Nilo Rosa começou sua militância no PT de Salvador em 1986 e em 1992 entrou para o MNU (Movimento Negro Unificado), movimento do qual era coordenador na cidade de Salvador no momento da entrevista realizada no dia 1 de agosto 2008 em Goiânia no V COPENE (Congresso Nacional de Pesquisadores Negros).

¹⁵ Nilo Rosa faz referência ao deputado federal do PT e militante do MNU da Bahia, Luiz Alberto Silva dos Santos, deputado federal (2007-2011) licenciado para exercer o cargo o cargo de Secretário de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia, de 6 de fevereiro de 2007 a 11 de agosto de 2008. In: <http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/biodeputado/index.html?nome=LUIZ+ALBERTO&leg=53>, acessado em 09/09/2008

uma mulher negra trabalhadora. Raça e Classe representando o perfil do oprimido brasileiro. Raça e Classe na mais perfeita combinação de luta a ser levada por todos nós, explorados raciais, sexuais, trabalhadores da sociedade brasileira.¹⁶

Apesar do engajamento da militância negra e de outros setores dos movimentos sociais pela aprovação do nome de Benedita para compor a chapa com Lula para as eleições de 1989 (Raça & Classe, 1989)¹⁷, o nome aprovado pelo partido foi o de José Paulo Bisol, do PSB, em razão da necessidade de contemplar os interesses dos demais partidos que compunham à Frente (PT, PSB e PCdoC).

O que não deixou de ter um impacto negativo sobre a militância negra petista, como sugere o Boletim Informativo da Comissão de Negros do PT/MG de 01 de setembro de 1989¹⁸. Esse Boletim faz referência a 3ª Reunião da Sub-secretaria Nacional de Negros do PT, realizada no dia 26 de agosto de 1989, na qual a Campanha Lula-Presidente teria sido o ponto central. O destaque da reunião, no que se refere à campanha e à sub-secretaria nacional do negro foi “a desmobilização do Movimento Negro petista, decorrente do encaminhamento político do partido sobre a questão do (a) vice-presidência, onde defendíamos a indicação da companheira BENEDITA DA SILVA, aliás, como muita força política na base do partido e o do Mov. Negro e Popular, mas não aprovada no VI Encontro Nacional do PT.” O tom é de crítica à forma tímida como o PAG (Plano Alternativo de Governo) da Frente Brasil Popular trata a questão racial, diante da qual se impunha a necessidade da militância negra intervir de forma a dar maior visibilidade à questão racial na campanha petista.

Os reflexos do Centenário da Abolição para a ampliação do debate racial no interior do PT

2.1 1988: Raça e classe: a articulação que não se completa

Não é por acaso que a criação da Sub-secretaria nacional de negros do PT ocorreu em 1988, assim como a indicação pela militância negra, no ano seguinte, do nome de Benedita para a composição da chapa do PT às eleições presidenciais de 1989. Esses eventos foram resultado dos debates provocados pelo Centenário da Abolição.

O ano de 1988, em razão do Centenário da Abolição, foi um marco para a ampliação do debate racial em toda a sociedade e como consequência abriu espaços para a militância negra

¹⁶ Este texto foi-me, gentilmente, cedido por Flávio Jorge Rodrigues da Silva junto com vários outros textos dos setoriais de combate ao racismo no PT, encontra-se também nos arquivos da SNCR na sede nacional do PT.

¹⁷ Raça & Classe era um jornal de informação e divulgação da Comissão do Negro do PT do Distrito Federal.

¹⁸ Este documento encontra-se na sede nacional do PT na cidade de São Paulo, arquivos da SNCR (Secretaria Nacional de Combate ao Racismo)

petista desenvolver uma reflexão crítica sobre o papel que o partido vinha desempenhado na politização do tema. Significou a abertura do diálogo do Movimento Negro com outros setores da sociedade.

O que estava em questão nos eventos dedicados ao Centenário era a capacidade do movimento negro inverter a versão romantizada da abolição e produzir um novo senso-comum sobre as relações raciais na sociedade brasileira, em direção contrária à idéia de democracia racial, predominante nos festejos do dia da abolição até aquela data. A discussão sobre o centenário perpassou praticamente todos os espaços da sociedade: O Estado, a Igreja, a imprensa, as universidades. Todos foram provocados a se posicionar. Logicamente que esses posicionamentos não estavam isentos de contradição, assim como as contradições, divergências inerentes ao próprio movimento negro, também se evidenciaram nesse momento (Hanchard, 2001; Schwarcz, 1989).

Os militantes negros organizados no interior do partido aproveitaram a ocasião para usar os espaços de debate do PT para veicularem seus posicionamentos sobre a forma como a questão racial era tratada no Brasil, mas também para fazer a crítica ao comportamento do partido. Conseguiram que o tema do centenário fosse incorporado às resoluções do V Encontro Nacional do partido, realizado em 1987. A resolução sobre o centenário, respaldada em dados estatísticos, apresentava o quadro das desigualdades raciais no Brasil, enfatizando como a condição da classe trabalhadora brasileira alterava-se em razão de seu pertencimento racial. Dados sobre os postos de trabalho, salário, à qualificação, e o tratamento jurídico e policial evidenciavam que a raça provocava uma clivagem na forma como a classe trabalhadora vivia os processos de dominação, subordinação, exploração em sua relação com o capital. A população negra é apontada como o setor mais explorado da sociedade brasileira.

Diante desse quadro, o documento se posiciona contra o tom festivo que o governo brasileiro queria dar ao centenário da Abolição e conclama o PT a transformar o Centenário em um momento de avaliação das reais condições do trabalho, no Brasil, articulando “por meio de seus militantes, a mobilização do Movimento Negro com a mobilização dos trabalhadores em geral.”(5º Encontro Nacional, 1987, In: Diretório Nacional do PT, 1998, p.339).

De acordo com o depoimento de Flávio Jorge, esse foi “um grande momento de estruturação da questão racial, onde pela primeira vez um diretório nacional do PT, aprova uma resolução destinada a uma intervenção na questão racial, não só nossa [negros], mas de todo o partido, que é quando o PT, impulsionado por nós, tem uma postura de questionar o centenário da Abolição.”¹⁹

¹⁹ Entrevista realizada com Flávio Jorge Rodrigues da Silva no dia 06/11/2007 na Fundação Perseu Abramo.

O documento de 1987 é inédito, como ressalta Flávio Jorge, por ser a primeira vez que o partido assume uma postura diante da problemática racial, mas também, e talvez, principalmente, pelo fato de que pela primeira vez as condições de vida da população negra são tratadas no interior de uma perspectiva centrada na classe. Pela primeira vez a militância negra petista produz uma intervenção no partido articulando a perspectiva de raça e classe, que é adotada como uma abordagem do partido.

A questão que fica é por que somente em 1987, somente diante da iminência do centenário a militância negra petista conseguiu articular esse discurso e introduzi-lo como um discurso do Partido?

O debate, produzido pelos militantes e pelos intelectuais ligados ao PT, comprometidos com o tema da questão racial, teve como objetivo problematizar e responder a essa questão. Vamos encontrar a centralidade do debate raça e classe no artigo escrito por Hédio Silva Júnior, em maio de 1987²⁰, no jornal do partido Boletim Nacional, cujo título do artigo já é por si só significativo: “*O PT e a questão racial: uma conversa, que não pode ficar só entre negros*”. No artigo de Florestan Fernandes escrito na Revista Teoria e Debate, intitulado *Luta de raças e de classes*, que saiu em março de 1988. E no número especial do jornal do Partido, Boletim Nacional, dedicado ao Centenário, que saiu em maio de 1988, com artigos de Florestan Fernandes, uma entrevista com Olívio Dutra, feita por Hédio Silva Júnior sobre a posição do Partido diante do tema e um artigo de Flávio Jorge Rodrigues da Silva, na época, membro da Coordenação da Comissão de Negros do PT.

Todos manifestaram o descontentamento da militância negra petista com o tratamento dispensado pelo partido à temática racial no Brasil e tentavam apontar explicações para essa limitação. Para Hédio Silva Júnior, o PT não se diferenciava da esquerda tradicional, pois, como aquela, via “a emancipação da classe operária, como panacéia para todas as contradições experimentadas pelo nosso povo. [O PT] Não avançou no sentido de compreender o papel que a discriminação contra os negros desempenha na super exploração capitalista e na forma de dominação do autoritarismo brasileiro”. Traz também uma crítica às manifestações de solidariedade do Partido, que, segundo ele, seriam vazias e passíveis de desprezo se não concretizadas em ações políticas.

Respaldado em dados que permitem falar em desigualdades raciais, Hédio Silva Júnior demanda uma resposta do PT a essa realidade. Segundo ele, esses dados, derrubam o mito da homogeneidade da classe trabalhadora, e seu tratamento uniformizado pelo capital.

Há desigualdade não só no processo seletivo e nas condições de trabalho, como também na distribuição e renda, na capacitação dos trabalhadores, na especialização de mão-de-obra, e

²⁰ Hédio Silva Júnior era na época membro da comissão de negros do PT.

finalmente na capacidade de organização de trabalhadores negros e brancos. Portanto, não podemos mais admitir o velho discurso de que os trabalhadores são explorados independente de sua origem racial. É a queda total – em todos os níveis da sociedade – do mito da democracia racial. (Silva Júnior, Hédio 1987, p. 4-5)

Se os dados são tão evidentes, a questão de Hédio Silva Júnior é por que o PT ignora essa realidade em seus planos de ação? Ele elenca alguns fatores como condicionantes desse comportamento: a) o peso da democracia racial; b) a influência do marxismo ortodoxo; c) e impulsionada pelos dois fatores anteriores, uma concepção que tende a minimizar a luta contra o racismo, relegando-a a um problema dos negros ou ainda afirmando que essa luta divide os trabalhadores; d) a fragilidade do Movimento Negro na elaboração de uma ideologia anti-racismo capaz, de desestabilizar o mito da democracia racial e que servisse para colocar a luta contra racismo no contexto da luta de classes como parte da luta política por uma sociedade socialista.

O artigo de Florestan Fernandes (1988), na Revista Teoria e Debate, também faz a crítica ao discurso dominante no pensamento petista, no tratamento da questão racial, limitado pela manifestação de apoio e solidariedade. Conclama o PT a tomar posição na luta contra o racismo por meio da articulação entre raça e classe. Da edição especial do Boletim Nacional de 1988, merece destaque o artigo de Flávio Jorge Rodrigues da Silva, intitulado *Os negros no PT: organizar e transformar*, pelos novos elementos que traz na avaliação tanto do PT como do Movimento Negro.

Segundo Flávio Jorge, os eventos em torno do Centenário trouxeram a necessidade de definições mais precisas em torno da questão racial no Brasil, levando o Movimento Negro a sair da fase sentimental e entrar na fase política: “Aquela em que temos que dar respostas não só para a situação de explorados e discriminados, mas também para pensarmos juntos, negros e brancos, alternativas para a superação dessa situação” (Silva, 1988, p.11).

Flávio Jorge Rodrigues da Silva justifica a militância negra no interior do PT em função do compromisso desse partido com a transformação social e com a construção de uma sociedade socialista e a posição que os negros ocupam na sociedade. Ressalta que apesar da organização em vários estados, as avaliações apontam para a precariedade da organização e participação da militância negra petista. Assim como Hédio Silva Júnior, se empenha em desenvolver uma reflexão que explique a dificuldade de avanço pelo partido. Aponta a incompreensão, sobretudo, por parte das direções, da importância da luta contra o racismo. Envoltos em uma concepção que tenderia a explicar a situação da população negra pelo passado escravista e colonial, não perceberiam a existência de discriminações e preconceitos raciais, estes seriam antes sociais. Ressalta a falta de continuidade entre a militância no partido e no movimento. Os militantes

negros petistas estariam priorizando a atuação em outros organismos em razão desses espaços servirem como referencial real de suas atividades. E, por último, faz uma avaliação crítica da prática da militância negra no partido:

O terceiro motivo que tem relação com o anterior, é a falta de compromisso de nossa militância e a conseqüente desorganização das comissões, grupos ou secretariados em que atuamos. Isso, aliado à falta de um projeto político, a exemplo do que acontece com o Movimento Negro, tem dificultado nossa intervenção. Apesar dos nossos esforços não conseguimos nos reunir de forma sistemática, aglutinar novos companheiros e os nossos trabalhos se devem mais ao voluntarismo de alguns militantes que sentem a importância e a necessidade da intervenção no Partido e fora dele. Existe ainda de nossa parte uma incompreensão gerada pela confusão que estabelecemos na relação Movimento e Partido. Não temos ainda definido o entendimento da importância do papel do Partido na luta pela transformação da sociedade. Em nossa prática visualizamos o Partido enquanto uma frente de intervenção ou apenas como militantes do movimento negro, colocando o Partido enquanto um ser distante (Silva, Flávio Jorge Rodrigues, 1988, p.11).

A intervenção de Flávio Jorge traz de novo a ênfase na resistência da militância negra em relação ao partido. O PT que se apresentava naquela conjuntura histórica como o Partido dos Trabalhadores não foi capaz de politizar o papel da clivagem racial nas relações de classe, mas também houve por parte da militância negra uma resistência em eleger o partido como espaço de debate e ampliação de seus interesses. A ampliação do debate da questão racial no partido dependeria de uma ação educadora do movimento negro sobre o PT. O partido embora se colocasse como tarefa a transformação da sociedade não estava isento da influencia da concepção hegemônica sobre as relações raciais na sociedade brasileira. Mesmo que uma parcela significativa da militância negra se identificasse politicamente com o partido em razão da forma como ele se posicionava diante da luta política, o combate ao racismo era visto como um luta do movimento negro, posição que limitava ação da militância negra identificada com a luta partidária. Um exemplo disso foi a posição do II Encontro do Negro do Centro-Oeste realizado nos dias 14, 15, 16 e 17 de abril de 1989, na cidade de Sobradinho, no Distrito Federal, diante da indicação do nome de Benedita como vice de Lula. Segundo informa o jornal da Comissão de Negros do PT do Distrito Federal (Raça & Classe, 1989), o encontro se opôs à indicação de Benedita da Silva como vice de Lula, sob o argumento de partidarização do movimento negro.

Um indicador concreto da fragilidade da militância em seu poder de ampliar o debate interno ao partido é a quase ausência da questão racial na imprensa partidária, o que assinala a dificuldade da militância negra em produzir um discurso que fosse capaz de interpelar o partido e lhe impor tarefas na politização da questão racial no Brasil. Uma rara exceção a isso se deu no contexto do Centenário, quando a militância conseguiu produzir uma reflexão sobre o partido e

ainda sobre a sua intervenção. Esse início de diálogo contou com o respaldo teórico e político de Florestan Fernandes.

A concepção que guia as ações e os discursos da militância negra no interior do partido é coerente com o projeto político hegemônico petista da década de 1980: orientando pela centralidade da luta de classes e para um projeto de transformação da sociedade. No entanto, o partido não conseguiu incorporar a problemática racial por meio da compreensão da especificidade do racismo e da variável raça nos processos de dominação e subordinação presentes nas relações de classe. Ao não fazê-lo subsumiu a raça na classe, fazendo com que aquela fosse esvaziada enquanto princípio de luta política e que as condições sociais, políticas e econômicas da população negra ficassem tornam-se invisíveis enquanto desigualdades raciais.

II Do universalismo guiado às ações afirmativas: a conversão de militantes negros no campo da esquerda às políticas específicas para a população negra

O universalismo guiado petista frente à cidadania diferencialista

A militância negra organizada nos espaços específicos de combate ao racismo do PT apoiou-se no que Sansone (1998) denominou de universalismo guiado²¹ como forma de destacar a questão racial no partido. Assinalava-se a particularidade da população negra, mas as políticas eram pensadas segundo princípios de universalidade, como ilustra a proposta de políticas especiais que a Sub-secretaria nacional de negros apresentou ao programa de governo do PT nas eleições presidenciais de 1989:

- a) criar programas especiais de formação de mão – de – obra que privilegiem as periferias dos centros urbanos e setor rural; assegurar através de leis e fiscalização o combate ao racismo no trabalho;
- b) criar programas especiais de alfabetização de jovens e adultos em especial nas periferias e setor rural; ampliar e melhorar a rede de ensino na cidade e no campo e assegurar que a elaboração dos currículos escolares contemple e respeite as diferentes etnias que conformam a população brasileira.

²¹ “O ‘universalismo guiado’ que proponho pressupõe medidas locais, regionais, para determinadas camadas sociais – intervir em algumas regiões, cidades, bairros ou no mercado de trabalho nos quais se concentram a pobreza, o desespero e a injustiça. Quer dizer de forma quase automática, alcançar as grandes massas de negros sem, necessariamente, pressupor uma organização de base étnica.” (Sansone, 1998, p.11)

²³ Documento : Políticas sociais para a população negra no Plano Alternativo de Governo

Arremata o texto de proposta: “Não há dúvida quanto ao fato de que medidas como estas beneficiam negros e brancos, porém o seu impacto será maior, sem enganos, sobre os negros.”²³

A predominância da perspectiva de universalismo guiado dominante entre os militantes negros petistas se confirma quando são indagados sobre a influência que a aprovação do percentual de 30% de cotas para mulheres na direção do partido no I Congresso em 1991, teria tido sobre a militância negra petista. Existe um certo consenso em ver essa estratégia como particular ao setorial de mulheres e que ela não fazia muito sentido, naquele momento, para a militância negra dentro do partido.

“Não pensamos nisso não ... não pensamos. E mesmo porque, e daí? [...] No movimento negro, a gente sempre fez crítica a ausência de negros, nas várias instâncias, isto está no documento, mas nunca exigimos uma quantia x, 10%, que seja, não foi esse o nosso caminho.” (Milton Barbosa²⁵)

“Nós nunca fizemos essa discussão de cotas para negros. (...) Nós preferimos fazer esse embate direto com as direções. É claro que isso traz problemas, você tem menos negros nas direções, tanto nas nacionais, estaduais. Quando você pega nas eleições a nossa participação fica restrita. Mas foi uma opção, nos não fizemos ... nós, em um primeiro momento, nós, quando as mulheres se estruturam dessa forma 30%, nós ... será que esse é o caminho nosso. Nós avaliamos que não. (Flávio Jorge²⁶)”

“Eu, digo a você com sinceridade, eu nunca me expressei, até porque eu nunca fui demandado, nunca houve ... pelas cotas, na minha militância, nem contra nem a favor até 1994, 1995 ... nem quando se discutiu, se consolidou as cotas para mulheres no partido eu coloquei essa questão (...)” (Nilo Rosa²⁷)

Essa discussão sempre aparece, sendo que nunca foi pra voto nesses momentos cruciais de definição, como congressos, nunca houve a apresentação de uma proposta acabada sobre a consideração de cotas para negros no partido. O que nós investimos foi na estruturação de espaços que é a Secretaria²⁸, que existe até hoje, e também a estruturação das políticas. (Matilde Ribeiro)

²⁵ Entrevista realizada com Milton Barbosa no dia 18 de abril de 2008 em sua residência na zona oeste de São Paulo

²⁶ Entrevista realizada com Flávio Jorge Rodrigues da Silva no dia 06/11/2007 na Fundação Perseu Abramo.

²⁷ Entrevista realizada com Nilo Rosa no dia 1º de agosto 2008 em Goiânia no V COPENE (Congresso Nacional de Pesquisadores Negros)

²⁸ A então ministra Matilde Ribeiro refere-se aqui a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT (SNCR) constituída em 1995 como um setorial do partido. Entrevista realizada com a então secretária da SEPPIR (Secretaria Especial Para a Promoção da Igualdade Racial) Matilde Ribeiro, no dia 05/11/2007, no Hotel Pestana em São Paulo.

Esta posição da militância negra petista diante da deliberação de cotas para as mulheres reflete o estágio de organização e de demandas do movimento negro brasileiro, que não tinha, naquele momento, uma proposta elaborada em torno de ações afirmativas ou política de cotas. A aprovação de cotas para as mulheres na direção partidária em 1991 reflete uma estratégia particular ao movimento feminista e de mulheres em sua relação com outras forças da sociedade e teve pouco reflexo sobre a militância negra petista, que por sua vez interpela o partido a partir das demandas presentes no movimento social negro. A proposição de ampliação de direitos para a população negra com base nas políticas de ações afirmativas²⁹ em geral e na política de cotas em particular começa a se difundir entre as entidades e organizações do movimento negro a partir da segunda metade da década de 1990 e tem na Marcha Zumbi de 1995 um marco importante, mas só se transforma efetivamente em uma linguagem de setores amplos do movimento negro quando da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul. É nesse contexto que o debate sobre a política de cotas para negros na universidade ganha visibilidade pública como uma demanda do movimento negro.

A Marcha de 1995 é um marco nessa construção, pois ela interpela o Estado por meio de uma concepção de cidadania diferencialista que demanda um tratamento especial para a população negra por meio de políticas públicas. Por ocasião da Marcha, as organizações que estiveram à frente de sua organização entregaram ao então presidente Fernando Henrique Cardoso um documento que sintetizava a posição do movimento negro e suas demandas. A palavra ações afirmativas é utilizada uma única vez nesse documento, nas propostas de superação das desigualdades raciais, como uma demanda para a área de educação: “Desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta.”³⁰ A palavra cota não é mencionada. A resposta do governo federal às demandas do movimento, nesse momento, teve como efeito criar uma janela de oportunidades para o debate sobre as desigualdades referenciadas à raça que ganharia maior visibilidade em 2001.

Como uma resposta imediata à Marcha de 2005 o governo federal convocou um grupo formado por militantes do movimento negro, intelectuais comprometidos com estudos da questão

²⁹ Sobre ações afirmativas Guimarães (1999) afirma que “ A expressão, tal como é usada no cotidiano, refere-se a programas voltados para o acesso de membros de minorias raciais, étnicas, sexuais ou religiosas a escolas, contratos públicos e postos de trabalho.” (p.153). Ver em Rosana Henriger (2001) o mapeamento de iniciativas de políticas de ações afirmativas desenvolvidas na sociedade brasileira.

³⁰ Documento apresentado ao Sr. Presidente da República do Brasil, em 20 de novembro de 1995, fruto da Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida. In: http://www.leliagonzalez.org.br/material/Marcha_Zumbi_1995_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf, acessado em 27/05/07

racial no Brasil e representantes do governo para debater o problema das desigualdades raciais e iluminar possíveis caminhos na elaboração de políticas públicas: o GTI (Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra). Embora o GTI seja conhecido e reconhecido como uma resposta do governo federal à Marcha de Brasília, Ivair Alves dos Santos³¹ em seu depoimento ao CPDOC, ressalta que essa proposta estava sendo construída por dentro do governo com a participação de um setor da militância negra ligada ao PSDB que já tinha participado da experiência de criação do Conselho Estadual do Negro em São Paulo pelo governador Franco Montoro em 1982.³²

O debate sobre a questão racial provocado no ano de 1995 teve reflexos para a ampliação dos espaços dedicados à militância negra no interior do PT. O 3º Encontro Nacional de Negros e Negras Petistas, que aconteceu em Belo Horizonte em julho de 1995, deliberou pela apresentação da proposta de criação de uma Secretaria Nacional de Combate ao Racismo ao 10º Encontro Nacional do partido a ser realizado em agosto de 1995, em Guarapari no Espírito Santo. A Secretaria Nacional foi aprovada nesse encontro com os seguintes objetivos: elaboração de políticas públicas a serem implementadas nas administrações petistas; elaboração de propostas para a ação partidária nos legislativos; formação política dos filiados e militante; ocupação das direções em todos os níveis; indicação e eleição de candidatos negros para os diversos cargos de representação. O IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT, realizado em janeiro de 1996 avalia que:

A decisão do X Encontro Nacional do PT de criar a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) representa um marco no debate interno acerca da questão racial e coloca, principalmente para os militantes negros, a disputa política num novo patamar. O reconhecimento da importância estratégica da luta contra a discriminação racial pode começar finalmente a sair do papel, se materializando em políticas para a intervenção partidária nas diversas esferas.³³

³¹Ivair Santos participou da elaboração do programa de governo da campanha de Fernando Henrique Cardoso de 1994. Em 1995 era assessor da então Secretaria de Justiça e Cidadania, órgão do governo federal em Brasília, foi um dos fundadores do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, trabalhou na Coordenadoria Especial do Negro na gestão Luiza Erundina, entre 1991 e 1992.

³² “O GTI, como disse, foi praticamente, uma reprodução em larga escala do que a gente fez: era abrir espaço, etc. e tal. Mas na verdade, o que nos norteava era criar bases para que as pessoas entendessem que o racismo era uma coisa pública e criar algum substrato para discutir ação afirmativa. Sempre foi essa a nossa pauta. E o governo trabalhava num ritmo. Quando a Marcha Zumbi dos Palmares chegou aqui, deu a impressão de que a Marcha é que criou o GTI. Mas na verdade o GTI já estava pronto. Foi uma coisa que foi construída no governo. Não foi feita pela sociedade, o governo fez e apresentou.” (Ivair Alves dos Santos In: Alberti & Pereira, 2007, p. 355).

³³ Documento : IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT : ‘300 anos de Zumbi e perspectivas 96’ realizado entre 26 a 28 de janeiro de 1996. (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR)

A conversão da militância negra orientada pelo universalismo guiado às políticas diferencialistas exigiu o confronto com um certo tipo de identidade política construída no campo da esquerda, obrigando-a a re-significar seus princípios e suas concepções sobre as políticas de combate ao racismo na sociedade brasileira.

A década de 1990 representou um avanço de setores do movimento negro brasileiro em sua relação com o Estado e com outras organizações da sociedade civil e internamente ao PT implicou no deslocamento do projeto político petista que interpelava antes a classe trabalhadora tendo em vista a transformação da sociedade via socialismo para um projeto que interpelava a sociedade por meio da ampliação da cidadania.

Apesar da inflexão do projeto político petista da revolução para a democracia, a posição da militância negra petista continuava a interpelar o partido por meio da articulação raça e classe que colocava a necessidade de considerar as relações raciais para um projeto revolucionário. É o que se pode perceber na tese do setorial de combate ao racismo apresentada ao II Congresso Nacional do PT em 1999, quatro anos após a realização da Marcha Zumbi e dez anos após os debates promovidos pelo centenário da Abolição, posição que é recorrente em vários outros documentos desse setorial no período.

As negras e os negros militantes do PT, não podem abrir mão da centralidade de discussão de raça combinada à questão de classe. Se o fizerem, seguramente igualam-se a quem discute somente o papel da classe social, entendendo que, mesmo assim, as colocações e compreensão do conceito de classe, apresenta-se de forma muito limitada para uma leitura da sociedade. [...] Libertando-nos de nossas “correntes”³⁴ é importante destacar que todos os instrumentos que construímos historicamente foram e continuaram sendo importantes, e a SNCR [Secretaria Nacional de Combate ao Racismo], terá ainda um significado maior se nós negros e negras e todos que combatem o racismo, militando no Partido dos Trabalhadores, acreditarem que a unidade política em torno dessa luta, pode ajudar a construir o nosso partido e um Brasil diferente! Solidário, Negro e Socialista.³⁵

Os militantes negros organizados no PT continuaram a interpelar o partido por meio dos mesmos princípios e ideais que os atraíram para dentro do partido quando da sua fundação na

³⁴O emprego do termo corrente nesse trecho tem um duplo sentido, faz referência aos grilhões que aprisionavam os negros escravizados, e, metaforicamente, à filiação dos negros petistas às correntes e tendências internas ao partido, que submeteria a problematização racial e ocupação de espaços para o combate ao racismo aos interesses das correntes. Em resumo, aponta para a necessidade de uma ação unificada dos negros petistas apesar e para além das correntes.

³⁵ O combate ao racismo no PT é outra história In: Caderno de contribuição do VI Encontro Nacional de Negros e Negras. II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. Documento pesquisado na sede nacional do PT na cidade de São Paulo. O VI Encontro Nacional de Negros e Negras do PT aconteceu no dia 30 de outubro de 1999 com o objetivo de debater as propostas dos setoriais de combate ao racismo do partido ao II Congresso Nacional do PT realizado em 1999.

década de 1980, mesmo que em alguns momentos tenham promovido atividades com o objetivo de debater as políticas públicas de corte racial.³⁶

Dois aspectos precisam ser ressaltados no que se refere a essa fidelidade à concepção ideológica: primeiro no que tange ao próprio partido e segundo ao encaminhamento político que o debate racial ganhou na sociedade brasileira.

Quando na década de 1990 a militância emprega a articulação raça e classe para ampliar e pressionar o debate sobre a questão racial no interior do PT ela o faz inserida em uma concepção, em uma forma de compreensão da disputa política na sociedade que já não é mais hegemônica no interior do partido. Após a derrota de Lula para Fernando Collor nas eleições presidenciais de 1989 e as transformações nesse mesmo período na esquerda mundial – como a queda do muro de Berlim e a derrocada do socialismo no Leste Europeu – mais a introdução das políticas neoliberais na sociedade brasileira, pode-se verificar uma inflexão no projeto político petista do socialismo para a democracia e uma tendência a ampliar o raio de ação sobre a sociedade por meio da ênfase na cidadania. Por outro lado, a direção que a politização da questão racial começa a ganhar a partir da segunda metade década de 1990 e, sobretudo, depois da Conferência de Durban também estava na contramão de uma articulação raça e classe.

Além disso, a incorporação da questão racial na agenda política nacional a partir da Marcha e da resposta dada por Fernando Henrique Cardoso, emoldura essa problemática nas disputas políticas mais gerais, entre o governo e o PT enquanto líder da oposição. Os militantes negros petistas passam então, nos seus documentos, a pensar a questão dentro do PT também por meio da disputa política mais geral predominante na sociedade brasileira na década de 1990. Conforme o documento do IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT, realizado em 1997, do qual foi retirada parte da contribuição da SNCR para o programa do governo Lula de 1998:³⁷

O governo FHC busca atualizar a atitude das classes dominantes diante da questão racial. Legitimado pelo seu passado acadêmico, busca insinuar uma preocupação com as condições de vida e trabalho do povo negro.

Esta atitude tem como objetivo estratégico cooptar setores do movimento negro e conter a possibilidade de irradiação dos interesses do povo negro em torno de um projeto alternativo ao neoliberalismo.

Nesse seu primeiro ano de governo tomou algumas iniciativas nesse sentido. Deu início à titulação das terras de remanescentes de quilombos concedendo o título de propriedade à

³⁶Ver Seminário nacional de relações raciais e políticas públicas, 09, 10, 11, de maio de 1997, Campo Grande-MS (uma síntese dos painéis e alguns indicadores de ação apresentados), Arquivo SNCR, sede nacional do PT na cidade de São Paulo.

³⁷ Cf. Combate ao Racismo para o programa governo Lula/98, GT Eleições/SNCR e outros. In: Caderno de Textos Encontro Nacional Extraordinário, São Paulo 23 e 24 de maio de 1998 (Arquivo Fundação Perseu Abramo)

Comunidade de Boa Vista, no Estado do Pará. Como resposta à Marcha contra o racismo, pela igualdade e pela vida, no dia 20 de Novembro de 1995, através de um decreto presidencial instituiu “um Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra”.

Ações afirmativas e formação de elites: a militância negra petista diante de um dilema

As ações afirmativas operam no nível da estratificação social e não da estrutura de classes. Mesmo que impliquem em uma visão coletiva do direito, uma vez que se direcionam a indivíduos pertencentes a grupos específicos: racial, étnico ou sexual, seu objetivo é minimizar os obstáculos que impedem a alguns indivíduos, em razão de seu pertencimento grupal, obterem as recompensas resultantes de suas habilidades e serviços negociáveis no mercado. Em outros termos, as ações afirmativas não questionam as desigualdades inerentes à estrutura de classe, mas atuam nos aspectos que promovem os desvios do status de igualdade que cidadania deveria garantir.

E por isso que para Guimarães (1999) as políticas de ações afirmativas são uma defesa da “desracialização, desetnização ou dessexualização de elites, e não num ataque a formação de elites” e prevêm a formação de uma classe média ou burguesia negra:

Apesar de não parecer claro ao senso comum, o princípio da ação afirmativa encontra seu fundamento na reiteração do mérito individual e da igualdade de oportunidades como valores supremos: a desigualdade de tratamento no acesso aos bens e aos meios justifica-se, apenas, como forma de restituir a igualdade de oportunidades, e, por isso mesmo, deve ser temporária em sua utilização, restrita em seu escopo, e particular em seu âmbito [...] Já se vê, portanto, que a ação afirmativa surge como aprimoramento jurídico de uma sociedade cujas normas e *mores se* pautam pelo princípio da igualdade de oportunidades na competição entre indivíduos livres. (idem, p.181)

É em razão dessas qualificações que a conversão a essas políticas seria vivida como um dilema pelos militantes negros socializados no campo político da esquerda e que tiveram suas trajetórias militantes marcadas pela tentativa de associar raça e classe. A principal questão era como aceitar uma política voltada à formação de elites e de uma burguesia negra, quando a politização da questão racial, para esses setores da militância, sempre implicou um enfrentamento com as elites brancas, não necessariamente por serem brancas, mas por serem elites, e com a super exploração que a burguesia branca infligia aos trabalhadores negros, por serem negros trabalhadores? Segundo, por princípio essas políticas isolam a variável raça, possibilitando sua

política sem que, obrigatoriamente, esteja associada à classe, por isso legitimam falar em elite ou burguesia negras. Mas como pensar em revolução sem classe? E mais, como apesar de tudo isso, ser contra as políticas afirmativas em uma sociedade tão racialmente desigual? Esses foram alguns dos dilemas que essa geração da militância negra que teve sua formação política no processo de abertura e que fez uma opção política por travar a luta contra o racismo como parte de um projeto de crítica à estrutura de classes da sociedade capitalista passou e têm passado na definição de uma posição diante das políticas afirmativas.

Esse dilema aparece de uma forma bastante intensa no depoimento de Hédio Silva Júnior, que participou dos setoriais de combate ao racismo do PT, em seu depoimento ao CPDOC (Alberti & Pereira, 2007). Hédio Silva Júnior fez parte do Comitê responsável pela preparação da participação brasileira na Conferência de Durban – formado em 2001 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso – sendo o relator do documento que o Brasil apresentou à Conferência. Em relação a esse documento, Hédio Silva Júnior se expressa da seguinte maneira: “Quem ler o documento que o Brasil levou para a África do Sul vai ver que tem um monte de proposições. Mas a mídia destacou ‘cota na Universidade’. Para nós foi bom inclusive. Olhando com o olhar de hoje não foi *tão* ruim, foi bom” (idem, p.378, grifo meu).

Na sequência evidencia as tensões, dramas e resistências dessa militância em relação à direção que a política de combate ao racismo ganhou com e após a Conferência de Durban:

“Em muitas reuniões, o Hélió Santos era uma só voz solitária a favor das ações afirmativas. Também Carlos Medeiros, no Rio de Janeiro. Enfim algumas figuras sacaram bem antes de nós que isso era importante. E depois eu fui me interessando por esse tema. Foi uma maturação muito lenta e também muito dolorosa. Porque em vários momentos estava em questão se a adesão a um tipo de reivindicação como esta significaria ou não uma rendição ideológica: nós que amávamos tanto a revolução, agora, estaríamos, digamos assim, contentes de partilhar o bolo sem a transformação social. Até que alguém disse que nós estávamos fazendo uma extraordinária transformação social das relações do cotidiano, das relações dos microespaços de poder [...] alguém precisou dizer que a gente estava fazendo a revolução, que cotas no Brasil é revolução.” (Silva Júnior, Hédio, 2007, p.397).

A adesão às políticas de ações afirmativas como um enfrentamento ideológico com a trajetória militante anterior aparece também nas entrevistas que fiz com Milton Barbosa (Miltão) e Flávio Jorge (Flavinho). Ambos mostram-se reticentes, resistentes ao revelarem suas posições pessoais diante dessas políticas. A reticência é causada justamente pelo objetivo dessas políticas: a formação de uma elite. Ambos têm como referência para essa resistência uma visão do encaminhamento dessas políticas nos EUA e do perfil político-ideológico da elite negra formada por meio delas.

Flávio Jorge quando indagado sobre se é favorável à política de cotas, responde de forma monossilábica. “Sim”. Continuo: “Sempre foi?”: “Não”. Pergunto, então, como foi convencido:

“É ... até por eu ter vindo de um agrupamento desse tipo, um agrupamento ligado a Convergência Socialista, num primeiro momento a gente rechaça essa discussão de cotas, com uma visão, que hoje eu considero equivocada, mas um pouco comparando a política de cotas nos EUA. A gente compreendia que nos EUA nós criamos uma elite negra, cuja as figuras estão ai até hoje, eles já vêm lá de trás. Então isso era muito... como a gente tinha uma visão dita internacionalista, você fazia uma ponte com o que ocorreria no movimento negro americano principalmente. E nós discordávamos de você importar uma política do movimento negro americanos pra cá. Com o tempo eu fui sendo convencido, e não só eu como quase toda a nossa geração, de que a política de cotas ela é necessária no Brasil dado o grau de desigualdade que você tem, principalmente na educação. Mas foi, foi um processo, tenho que ser honesto em falar isso. Num primeiro momento a gente não concorda com a política de cotas.”

A negatividade da experiência norte-americana é ressaltada também na fala de Milton Barbosa: “A opção das cotas ... eu particularmente, ando muito cabreiro com as cotas, entendeu?” Milton Barbosa justifica essa posição tendo em vista que o resultado dessas políticas nos EUA foi a formação de uma elite negra acomodada ao *stablishment* norte-americano. Se ele não se opõe, publicamente, as cotas é por entender que ela tem desempenhado uma função: promover o debate na sociedade brasileira e de acordo com suas próprias palavras “tirar os racistas do armário”:

“Mas aqui no Brasil, essa coisa (...) você tem que de fato partir de alguma coisa pra estar alterando essa realidade extremamente desigual que quase 100% das cotas são dos brancos, em tudo na universidade, no trabalho (...) lógico que levando em conta o grau de salário de insalubridade, aquelas coisas todas. Aquele trabalho, muito pesado, mal remunerado ... Então, o que gente percebeu também é que os racistas saíram do armário aqui e começaram a atacar as cotas. Os racistas, porque eles querem os privilégios, eles querem o privilégio pra eles de 100%. Então, não tem como você, a gente tem que defender cotas. Mas nós somos por reparações. Na verdade é uma discussão que a gente[MNU] tem.”³⁸

Não é raro esses militantes verem nessas políticas o risco de criação de um Colin Powell ou de uma Condeleezza Rice, como expressam o depoimento de Yedo Ferreira e Flávio Jorge ao CPDOC (Alberti e Pereira, 2007).

Outros militantes entendem que a direção que a política de combate ao racismo ganhou no Brasil exige uma revisão das bases teóricas que alimentaram a formação do movimento negro contemporâneo. É essa a perspectiva que está presente no depoimento de Nilo Rosa, ao referir-se

³⁸ idem

ao Movimento Negro Unificado. Ele próprio em um momento da entrevista diz que hoje ele não é mais revolucionário, que a defesa que faz das políticas de cotas é reformista, mas aponta isso, como algo positivo, a necessidade de ver outros caminhos:

“Eu me lembro como se fosse hoje um dia que eu perguntei a Luis Alberto³⁹ o que ele achava das cotas, das ações afirmativas. Eu perguntei, ele desconversou, disse que era contra, disse que era um negócio complicado, ele desconversou. O MNU nunca colocou, isso tem que ser bem claro, pra ninguém depois dizer que é o pai das cotas, nunca colocou claramente cotas para negro na universidade. Por um motivo muito simples, a base teórica do Movimento Negro Unificado é uma base marxista. É uma base marxista. Então se é uma base marxista acredita em classe, né? Eu não sei como a gente convive com isso, mas essa é a verdade. Ou assume essa realidade e passa a discutir outros paradigmas teóricos ou a gente vai ficar fingindo que está fazendo política.”⁴⁰

Apesar das ações afirmativas enfatizaram e colocaram a luta política de combate ao racismo no Brasil em uma direção que não foi aquela construída pelos setores da militância negra negra influenciada pela perspectiva de transformação da sociedade, o movimento de aceitação dessas políticas, também por esses setores do movimento negro, se faz a partir do entendimento que o sexo, a raça/etnia “são construções sociais, usadas, precisamente, para monopolizar recursos coletivos” (Guimarães, 1999, p.158) e que a quebra desse monopólios por meio da implantação de políticas públicas específicas é legítima. É essa idéia que encontramos na posição de Benedita da Silva – e que está também na visão de Milton Barbosa antes citada:

Para finalizar, com relação à questão de cotas, reparações e ações afirmativas, temos de garantir o debate com a sociedade, e não podemos manipular seu pensamento majoritário. Acho que enriquecemos o debate e crescemos com ele, pois somos capazes de defender nosso ponto de vista na sociedade. E a sociedade discute cotas sim; discute reparações e ações afirmativas, que chamo de ação de inclusão e de equidade. Não é possível que o Partido dos Trabalhadores não faça verdadeiramente essa discussão, sob pena de termos um encaminhamento, uma diretriz política que não tenha absolutamente nada a ver com o Estado que queremos. Quero ver se com Lula governando este país não teremos ações afirmativas. Enquanto não construirmos esse tal socialismo, que tanto esperamos, e queremos, temos de construir algo que dê condição ao trabalhador negro, à trabalhadora negra, de pensar que podem, sim, e que têm sim, direitos. E para isso é preciso implementarmos políticas com viés

³⁹ Nilo Rosa faz referência ao deputado federal do PT e militante do MNU da Bahia, Luiz Alberto Silva dos Santos, deputado federal (2007-2011) licenciado para exercer o cargo o cargo de Secretário de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia, de 6 de fevereiro de 2007 a 11 de agosto de 2008. In: <http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/biodeputado/index.html?nome=LUIZ+ALBERTO&leg=53>, acessado em 09/09/2008

⁴⁰ Entrevista realizada no dia 1º de agosto 2008 em Goiânia no V COPENE (Congresso Nacional de Pesquisadores Negros)

(sic) de corte racial. Por isso as políticas públicas que defendo têm esse recorte. (Benedita da Silva, p.55, 2005)

As eleições presidenciais de 2002, na conjuntura pós-Durban, fez com que o PT elaborasse um programa de governo comprometido com a promoção de políticas públicas para a população negra, o que, se traduziu, com a vitória de Lula, na criação de um órgão do governo federal responsável pela elaboração dessas políticas: a SEPPIR (Secretaria Especial Para a Promoção da Igualdade Racial) com status de ministério. Essa ação do governo do PT conferiu legitimidade à noção de cidadania diferencialista que estava no cerne das demandas do movimento negro daquele momento, mesmo que ela tenha sido fruto mais da pressão do movimento negro⁴¹ e menos do acúmulo político do partido nesse tema. O fato de o PT ser o partido que assumiu o poder e encampou esse debate facilitou a convivência da militância negra socializada politicamente pelo viés raça e classe com a perspectiva de políticas públicas especiais para a população negra, exigindo, inclusive um engajamento de parte da militância negra petista com esse tema. A partir desse momento a ação e o discurso da militância negra petista organizada no setorial de combate ao racismo passam a ser guiados também por essa perspectiva.

Considerações finais

Apesar da rapidez com que o debate sobre ações afirmativas se publicizou na sociedade brasileira e da ressonância que teve em vários setores do movimento negro, a demanda por essas políticas não resultou de um projeto político do movimento negro. Ela foi sendo pontuada em situações particulares, por um ou outro militante, aparecendo em uma ou outra ação dos ministérios (a partir da Marcha de 1995), em uma ou outra proposta política. Sem que representasse um consenso no movimento negro, sem que ele estivesse organizado em torno de sua implementação.

Surgiram e se fortaleceram para além da organização que existia em torno delas e se alastram, no plano do debate, pela sociedade a partir de sua oficialização como proposta da delegação brasileira para a Conferência de Durban, na África do Sul em 2001.

⁴¹ Cf Matilde Ribeiro: "O Encaminhamento para a construção de políticas de cotas por dentro do governo foi um processo que começou pela sociedade e não pelo partido, começou por setores do movimento negro, não pelo conjunto do movimento negro. Foi da sociedade, setores do movimento negro, nem todo o movimento negro, até hoje, defende a política de cotas, embora tenha um setor bem expressivo que defende e que foi contagiando setores. Então, quando nós, quando o presidente Lula ganhou as eleições em 2002, estava na efervescência da Conferência de Durban, que foi em 2001. Então esse debate estava muito acalorado por parte da sociedade e não tinha como o governo virar as costas pra isso. Então, o PT encampou, nós representantes do PT encampamos esse debate e traduzimos isso pra dentro de política de governo." Entrevista concedida pela então secretária da SEPPIR, Matilde Ribeiro, no dia 05/11/2007, no Hotel Pestana em São Paulo.

Um exemplo de sua pouca maturação é a dificuldade que encontramos nos discursos da militância em precisar a gênese desse salto do movimento negro brasileiro para as políticas públicas diferencialistas: quem propôs, quando, respaldado em quê, ou mesmo, quando, individualmente eles passam a se identificar politicamente com essas políticas. Embora a Marcha Zumbi de 1995 seja considerada um marco nessa construção, a forma como cada organização se engajou nessa construção parece ainda muito imprecisa.

Os novos elementos utilizados no combate às desigualdades raciais desafiavam a concepção de setores do movimento social negro tributários do contexto de oposição à ditadura militar, que viam na luta contra o racismo um enfrentamento à sociedade de classes. É essa a concepção que encontramos na prática da militância negra petista em seu diálogo, confronto e disputa por espaço e poder no interior do PT. Vimos como a articulação raça e classe foi o eixo da sugestão do nome de Benedita da Silva para a vice de Lula nas eleições de 1989, da crítica ao tratamento dispensado pelo partido à questão racial no contexto do Centenário da Abolição e das propostas especiais para a população negra no programa de governo do PT em 1989, caracterizadas pelo universalismo guiado.

No entanto, ao considerar a avaliação da militância negra petista, essa forma de interpelar o partido não logrou grandes resultados no sentido de ampliar e transformar a problemática racial em política partidária. Isso ocorreu por dois motivos, primeiro, a ausência de uma construção teórica capaz de dar sustentação a uma compreensão das relações de dominação e exploração por meio da articulação raça e classe, que pudesse oxigenar a visão que as tendências e correntes do partido tinham da luta de classes. Segundo, a posição do movimento negro, que não conferia legitimidade à participação de organizações não negras no campo de combate ao racismo. Parece haver no campo do movimento negro uma preocupação com a hegemonia da luta de combate ao racismo na sociedade brasileira, que é razão de disputas e divergências entre as organizações, entidades e indivíduos que compõem o campo do movimento social negro no Brasil e da limitação em realizar alianças com forças fora desse campo. Com isso queremos dizer que havia certa resistência do movimento em reconhecer e legitimar o partido como espaço de ampliação de seus interesses específicos.

Na década de 1990, quando o movimento apostou no diálogo com o Estado como forma de questionar os limites dos direitos vivenciados pela população negra, ele elevou a luta política para um novo patamar, inserindo-a em uma nova perspectiva: a da cidadania diferencialista. Esta interlocução provocou algumas ações tímidas do governo, mas não chegou a ter grandes repercussões na sociedade. Um dos efeitos desse momento, que nos interessa, é o fato de a

resposta do governo federal ter introduzido a questão racial no âmbito da disputa política nacional.

Quando em 2001, a preparação para a Conferência de 2001 criou a necessidade de organização e articulação de setores do movimento negro, de outros representantes da sociedade civil e do governo na elaboração das propostas que o Brasil levaria à Conferência de Durban, as políticas de ações afirmativas retornam agenda política acrescida da demanda por cotas para negros nas universidades. É essa conjuntura que vai exigir que a militância negra tome uma posição diante dessas políticas, pois ela deveria se preparar para travar o debate e a disputa na sociedade. O fato de no Brasil as políticas de ações afirmativas terem se popularizados como cotas, tornou a tomada de decisão mais urgente e mais difícil para a militância que tinha construído a sua trajetória referenciada ao pensamento de esquerda. O debate avançaria rapidamente para a sociedade em razão das propostas ameaçarem alterar o cotidiano das pessoas, sejam brancas ou negras e a nossa identidade nacional: o Brasil mestiço. De repente todos passaram a se interessar pelo tema da questão racial: o Estado, as universidades, a mídia, a esfera jurídica, os intelectuais etc.

É nessa conjuntura que captamos o desafio que a definição por uma posição favorável às políticas afirmativas significou para um setor da militância negra brasileira. Embora esse trabalho tenha tomado o PT como referência, temos evidências que nos autorizam a dizer que o dilema vivido pela militância negra petista foi compartilhado por militantes negros de outras organizações. Se por um lado, a filiação a essas políticas colocava em questão a forma como historicamente – desde o ressurgimento do movimento negro na década de 1970 – esse setor concebia a luta política, por outro, deixava pouco espaço para a oposição ou o silêncio. Seja pela evidência do papel desempenhado pela raça na manutenção de hierarquias, ou ainda em razão do refluxo das agendas políticas construídas pela esquerda, que enfraquecia e impossibilitava a ressonância de um eixo organizativo centrado em raça e classe.

A militância negra, como quase todos os setores do movimento negro, se converteu a essas políticas, no entanto, sua posição vem sempre acompanhada de justificativas e contextualizações. O fato de o governo Lula as ter encampado, tornou a posição a favor mais palatável e politicamente necessária por parte da militância negra petista.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

- AMADOR, Zélia. Depoimento. In: ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.
- BARBOSA, Milton. Depoimento. In: ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.
- DIRETÓRIO NACIONAL do PT. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- FERNANDES, Florestan. Luta de raças e de classes. *Teoria e Debate*. n. 2, p.7-9, mar. 1988.
- FERREIRA, Yedo. Depoimento. In: ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.
- GONZALEZ, Lélia.; HASENBALG, Carlos. *Lugar do Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero: 1982.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Argumentando pela ação afirmativa. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34/FUSP. 1999.
- HANCHARD, Michel. G. *Orfeu e o poder*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001.
- HERINGER, Rosana. Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 2, 2001
- KECK, Margaret E. *PT a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991. p.76-103.
- MENDOÇA, Luciana Ferreira Moura. *Movimento Negro: da marca da inferioridade racial a construção da identidade étnica*. São Paulo, 1996. Dissertação (mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.
- MENEGUELLO, Raquel. *PT: formação de um partido: 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOURA, Clovis. Organizações Negras. In: SINGER, Paul., BRANT, Vinicius Caldeira (orgs). *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo, 1980.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. *1978-1988. 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo: documento de uma militância pan africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- O II Encontro do Negro do Centro-Oeste. *Raça & Classe*, Brasília, ano 2, n ° 6, mai, jun. 1989.

PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. São Paulo, 1993. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Raça & Classe, Brasília, ano 2, n° 6, mai, jun. 1989.

SANSONE, Lívio. Racismo sem etnicidade, políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada. *Dados*, v. 41, n.4, Rio de Janeiro 1998.

SANTOS, Gevanilda, Gomes dos. *Partidos políticos e etnia negra*. São Paulo, 1992. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

SCHWARCZ, Lilia, M. De festa também se vive: reflexões sobre o centenário da Abolição em São Paulo. Rio de Janeiro: CIEC-UFRJ, 1989.

SILVA Jr, Hédio. Depoimento. In: ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

SILVA Jr, Hédio. Uma conversa que não pode ficar só entre negros. *Boletim Nacional*, n° 27, maio, 1997.

SILVA, Benedita da et al. *O negro e o socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA, Flávio Jorge Rodrigues da. Depoimento. In: ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

SILVA, Flávio Jorge Rodrigues da. Os negros no PT: organizar e transformar. *Boletim Nacional*, n° 35, maio, 1987.

Documentos

Comissão de Negros do PT- Partido dos Trabalhadores. *O negro e o Partido dos Trabalhadores*, 1982. (Documento cedido por Milton Barbosa em entrevista no dia 18/04/2008)

Programa de Ação do MNU, I Congresso Nacional, dez 1979, Rio de Janeiro. (Arquivo Edgard Leuenroth)

Boletim Informativo da Comissão de Negros do PT/MG, 01 de setembro de 1989 (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR)

Sub-secretaria Nacional de Negros do PT. Políticas sociais para a população negra no Plano Alternativo de Governo, 1989. (Documento cedido por Flávio Jorge Rodrigues da Silva)

IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT : '300 anos de Zumbi e perspectivas 96' realizado entre 26 a 28 de janeiro de 1996. (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR)

Seminário nacional de relações raciais e políticas públicas, 09, 10, 11, de maio de 1997, Campo Grande-MS (uma síntese dos painéis e alguns indicadores de ação apresentados), (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR)

Combate ao Racismo para o programa governo Lula/98, GT Eleições/SNCR e outros. In: Caderno de Textos Encontro Nacional Extraordinário, São Paulo 23 e 24 de maio de 1998 (Arquivo Fundação Perseu Abramo)

Comissão do Negro do PT/DF. Contribuição para o II Encontro do Negro do Centro-Oeste. (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR), 1989.

O combate ao racismo no PT é outra história In: Caderno de contribuição do VI Encontro Nacional de Negros e Negras. II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. (Sede nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR)

Documento apresentado ao Sr. Presidente da República do Brasil, em 20 de novembro de 1995, fruto da Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida. In: http://www.leliagonzalez.org.br/material/Marcha_Zumbi_1995_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf, acessado em 27/05/07

Entrevistas

Matilde Ribeiro, no dia 05/11/2007, no Hotel Pestana em São Paulo

Flávio Jorge Rodrigues da Silva no dia 06/11/2007 na Fundação Perseu Abramo.

Milton Barbosa, no dia 18/04/2008 em sua residência na zona oeste de São Paulo.

Nilo Rosa no dia 1º de agosto 2008 em Goiânia no V COPENE (Congresso Nacional de Pesquisadores Negros)

Gevanilda Gomes dos Santos, no dia 07/11/2007, na Soweto Organização Negra, no dia 07/11/2007